



Disciplina: Direito e Política Educacional

Docente: Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo

Prof. Dr. Vicente Lima Crisostomo

Carga Horária: 48 horas/aula (03 créditos).

Oferta: Anual.

Caráter: Optativa.

Objetivo Geral: Compreender a entre direito e política educacional, no contexto do ensino superior brasileiro, promovendo discussão sobre os desafios e perspectivas da política educacional brasileira, com vistas à construção de um ensino superior mais justo, democrático e inclusivo.

Objetivos Específicos: (1) Identificar os princípios e fundamentos constitucionais do direito à educação no Brasil. (2) Analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que se refere ao ensino superior, destacando seus avanços e limitações. (3) Compreender o papel das ações afirmativas e da política de inclusão educacional na superação das desigualdades. (4) Relacionar a teoria jurídica com a prática educacional, identificando as implicações legais das decisões tomadas no âmbito das instituições de ensino.

Metodologia: A disciplina será ministrada mediante aulas teóricas e análise de casos práticos, utilizando recursos tecnológicos e materiais disponibilizados pelo docente, com a integração de aplicativos específicos. Adotar-se-á o método indutivo, promovendo a interação com práticas de ensino ativo, como simulações de Role-playing, análises de casos concretos, Aprendizado Baseado em Problemas (ABP), Aprendizado Baseado em Equipes (ABE), além da abordagem socrática em sua ampla concepção, seminários de investigação e discussões críticas. Serão empregadas estratégias de pesquisa bibliográfica, análise de referências, definição de conceitos operacionais e categorização. As exposições teóricas serão complementadas por atividades individuais e coletivas, visando fomentar o interesse dos estudantes pela pesquisa acadêmica e pelo aprofundamento do conhecimento.

Avaliação: A avaliação dos estudantes será realizada por meio de uma série de critérios que incluem a análise de casos práticos e a compreensão da legislação. Também serão considerados os trabalhos desenvolvidos utilizando ferramentas digitais e a participação ativa nas aulas presenciais quanto virtuais. Os critérios de avaliação serão categorizados

como insatisfatório, bom e excelente, os quais determinarão a nota final do aluno, refletindo o domínio dos temas abordados durante o curso.

Ementa: Conceito e aplicabilidade das Políticas Educacionais. A legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), Interpretações e decisões do Poder Judiciário relativas ao ensino superior: ações afirmativas e nas políticas de inclusão educacional. Papel do Direito como mecanismo essencial para a concretização dessas políticas. Os desafios e avanços na busca por uma educação superior mais acessível e equitativa.

Bibliografia:

- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 26ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985. P. 248.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. 2a edição. São Paulo: Saraiva, 2021.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- ROMANELLI, Otaíza de. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- SALES, Gabriela Azevedo Campos. **A institucionalização dos sistemas de políticas públicas no Brasil: uma comparação entre saúde, assistência social e educação**. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da USP, 2022
- SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- _____. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história do da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (Org). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 15-44.
- TAGLIAVINI, J. V. **Do direito à educação ao direito educacional**. In: BITTAR, M.; LOPES, R. E. (org.). **Estudos em Fundamentos da Educação**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 65-66.

Course: Law and Public Policy

The study of Educational Policies as a concept and practice examines the role of Law as an essential mechanism for the implementation of these policies. Educational legislation, the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law No. 9.394/96), interpretations and decisions of the Judiciary related to higher education: affirmative actions and educational inclusion policies. The challenges and advances in the pursuit of a more accessible and equitable higher education..